



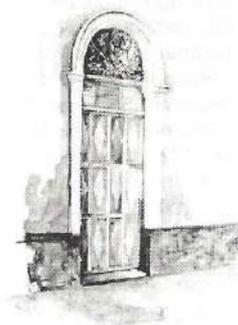
J. J. K. K.

Mise-en-scène eleitoral numa cidade amazônica do século XIX: uma leitura de *O Coronel Sangrado* de Inglês de Sousa.

Marcus V. C. Leite

Professor . de Ciências Sociais da UNAMA

Doutorando em Ciências Socioambiental - NAEA/UFPA



No presente trabalho, focalizaremos a discussão da hegemonia da classe dominante e os instrumentos de sua direção política e cultural na Amazônia oitocentista, a partir da análise do romance *O Coronel Sangrado* do escritor paraense Herculano Marcos Inglês de Sousa. Apresentemos, de imediato, o sumário do romance.

Após quatro anos ausente, a personagem Miguel Faria retorna a Óbidos. Ele vem *recomendado* ao tenente-coronel Severino Paiva — conhecido como coronel Sangrado — que lhe propõe uma vaga na Câmara de Óbidos, tendo-o em vista, também, como futuro marido de sua filha, a Mariquinha. Na disputa do processo eleitoral à Câmara, enfrenta-se o grupo do tenente-coronel, ligado ao partido conservador, e o grupo do tenente Ribeiro, ligado ao partido liberal. O resultado será a derrota dos planos de Severino de Paiva pela traição dos seus companheiros de partido que, discordando da escolha de Faria, o excluíram, como também, o “velho” Sangrado. Este sofrerá um síncope que o levará à morte, ao saber que além da derrota eleitoral, o seu protegido casará com Rita, a “afilhada” de Ribeiro

O crítico Wilson Martins (1978, p.20) comenta *O Coronel Sangrado* como um romance que se caracteriza por “um extraordinário instantâneo da vida política do Segundo Reinado”. Enquanto a crítica Lúcia Miguel Pereira constatou: “Através de Óbidos, reflete-se toda a existência das vilas de província durante o império” (Pereira, 1994, p.67). Estes dois comentários sintetizam a “imagem” deste romance, que tem seu foco no processo eleitoral do Segundo Reinado. Na construção *imagética* do escritor paraense sobre este processo ocorre uma associação entre cidade e eleição. Óbidos, um cidade do interior, tornar-se o “tablado” da consenso eleitoral. Esta encenação é o grande evento de manifestação da busca de hegemonia da classe dominante sobre as classes subalternas.

Se entendemos que a rede do clientelismo tece a aliança intraclasses dominante e, também participa da costura da concessão da classe subordinada à direção cultural dos dominadores, então, podemos buscar no trabalho de Richard Graham (1997), sobre a política eleitoral no Brasil do século XIX, as “peças” do nosso aparelho interpretativo do romance citado. As eleições no Segundo Reinado tinham um firme objetivo de, por um lado, ser um espaço “pacífico” de mediação de forças entre as várias facções da classe dominante e de “demonstrações públicas de lealdade” (Graham, 1997, p.105) para com a Corte. Era, por outro lado, um importante *drama coletivo* de “avaliação pública da posição social” (Graham, 1997, p.152), que legitimava as hierarquias sociais junto aos subordinados, pois distinguia e consagrava os chefes locais perante a sua clientela, na medida em que as eleições eram um processo de angariar cargos públicos que fortificavam a imagem de poder do seu distribuidor local. Em outras palavras, Graham (1997, p.164) propõe que percebamos a política eleitoral enquanto exposições teatrais, “ritos repetidos a cada eleição reafirmavam e reforçavam a classificação da sociedade e sua conveniência”.

¹ A partir de agora será abreviado para CS, seguindo pela página.

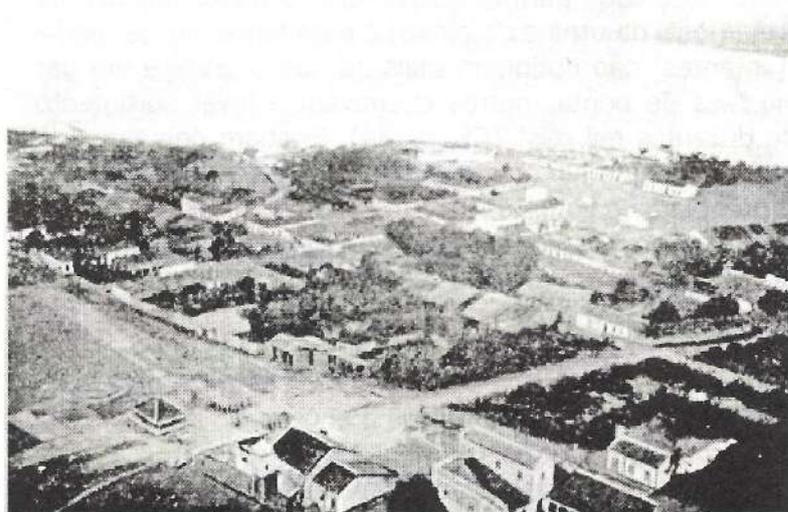
² Francisco Belizária, deputado pelo Partido Conservador, definiu em 1871 da seguinte maneira os votantes: "A máxima parte dos votantes da eleição primária não tem consciência do direito que exercem, não vão à urna sem solicitação ou, o que é pior, sem constrangimento ou paga" (*apud* Carvalho, 1988, p.148). Portanto a redução dos "votantes" interessava muito os proprietários rurais. Nos debates dos congresso agrícolas de 1878, informa Carvalho (1988, p.142), vários proprietários se pronunciaram favoráveis a eleição direta com exigência de renda, argumentando que "o nível de participação existente tornava o processo eleitoral excessivamente oneroso para os proprietários pois se viam obrigados a manter sob sua proteção grande número de votantes que não lhes interessavam como mão-de-obra".

Inglês de Sousa em *O Coronel Sangrado*, como já constatarão os seus comentadores, apresenta uma imagem-síntese dos mecanismos do "teatro da hegemonia cultural" (Thompson, 1989, p.58). Esta hegemonia, segundo Thompson (1989, p.60), "só pode ser mantida pelos governantes mediante um constante e direto exercício de teatro e concessão". Porém, associado a uma outra imagem, a saber, a cidade, enquanto espaço teatral por excelência. A idéia da cidade como teatro é antiga, na medida em que seu tema principal é "a busca pelas reputações" (Sennett, 1993, p.153) ou pelas deferências. Na cidade se encena, posa-se um para o outro. É neste ato de encenar que o poder se realiza e se conserva. "Todo poder político obtém finalmente a subordinação por meio da teatralidade" (Balandier, 1982, p.10). A sua característica básica é a manipulação de imagens ou símbolos organizados, principalmente, dentro de um "quadro cerimonial" — isto é, a ritualização.

Passemos aos passos da personagem-condutor, o tenente-coronel Severino Paiva, vulgo coronel Sangrado, que nos permitirá *re*-construir o processo de uma eleição.

O coronel Sangrado é apresentado como um empreendedor, visto que possui uma grande plantação de cacau e uma fazenda de gado, mas ele quase não as vê, ficando mais na sua casa em Óbidos, enquanto elas são administradas por um capataz português, Gonçalves Bastos. Além disso, Paiva é o chefe local do partido conservador e detentor de grande prestígio, por manter um epistolário como o chefe do seu partido na "capital do Pará", o cônego Siqueira Mendes (uma figura histórica da política paraense). Baseando-se na sua influência, ele quer construir uma carreira política para Miguel. Começaria, então, como vereador da cidade, depois deputado provincial e, por conseguinte, talvez "se bem protegido pelo cônego o rapaz não me há de chegar a vice-presidente... e daí havendo uma vaga....", afirma o coronel Sangrado (Sousa, 1968, p.49)¹. Contudo, o motivo de seus planos para o seu recomendado estavam nos olhares interessados de sua filha Mariquinha para Miguel. Com intuito de levar os planos a contento "tomou a atitude da vontade fria e inabalável de Bonaparte no campo de batalha" — comenta o narrador (CS, p.50). Antes de prosseguirmos, vejamos o "quadro" institucional das eleições no Segundo Reinado.

O processo de *legitimação formal* do Estado escravista, principalmente no processo eleitoral das câmaras municipais, como expõe Nunes Leal (1986) no clássico trabalho sobre *Coronelismo, Enxada e Voto*, era baseada no voto censitário (critério da renda). As eleições ocorriam em dois graus: os "votantes" (homens livres com idade acima de 25 anos e renda anual de no mínimo 100\$000 réis) elegiam os "eleitores" que compunham o colégio eleitoral, que elege os deputados provinciais e da Câmara Nacional (da eleição de segundo grau)². Nas eleições das câmaras municipais era elegíveis os "votantes" que tivessem pelo menos dois anos de domicílio no local. A eleição se processava pelo sistema de lista completa (sete vereadores nas vilas e nove nas cidades mais o juiz de paz) e de maioria simples. O "gargalo" do processo eleitoral no império era a "qualificação dos votantes" e a composição da mesa eleitoral ou paroquial. Pelo decreto de 1842, a "qualificação" prévia era da responsabilidade de uma junta formada pelo juiz de paz, pelo pároco e pela autoridade policial (delegados de polícia); a influência desta autoridade ligada ao poder central dava lugar — assevera Nunes Leal (1986, p.221) — "à mais desembaraçada violência, corrompendo o resultado dos pleitos". Na tentativa de evitar tal situação, aprovou-se uma lei eleitoral de 1846, que deu uma nova organização às juntas qualificadoras, que ficaram composta por um juiz de paz (presidente) e quatro membros



ÓBIDOS,
em fotos
de Marcus V. Leite

escolhidos por um processo complicado, entre os "eleitores" de eleições anteriores. O mesmo ocorria na composição das mesas eleitorais. Esta lei se manteve até 1875, sem sofrer modificações pelas reformas eleitorais de 1855 e de 1860.

Sem perda de tempo, Severino de Paiva põe o seu plano a contento. Primeiro, providenciou correspondência para o pessoal da capital do Pará e de Santarém, além dos seus amigos fazendeiros do município. "Curvado sôbre a mesa da sala de jantar, escrevia com a sua letra grossa e feia as *cartas de pedido* a tôdas as *influências políticas* que julgava poderem ajudá-lo" comenta o narrador (CS, p.81; grifos nossos). Quando a carta era para alguém importante, Mariquinha era sua secretária. Numa carta ao político Pereira, o coronel Sangrado comenta não ter remédio senão pedir a essa "súcia" de "políticas de barriga" (CS, p.83), que só comem e dormem. Pois como diz o ditado, "uma mão lava a outra, ambas o rosto" (CS, p.83). Era preciso fazer os contatos certos. Feito isso, Severino de Paiva partia para o contato como os votantes da redondeza.

Na véspera da eleição, Óbidos vivia uma grande agitação, fugindo do aspecto taciturno e triste dos seus dias normais — afirma o narrador. É a época da *cabala*, caça dos votantes, quando se negocia o voto com descaramento nas esquinas das ruas e em frente das lojas mais afreguesadas, uma vez que cada partido queria levar o maior número de votantes para a Igreja (local da urna e do pleito) e para tanto não se media esforços: "Alguns [votantes] não obtinham mais do que o *porre* e um par de sapatos ou uma faca de ponta; outros chegavam a levar sortimento superior à soma de duzentos mil réis" (CS, p.134). Existiam dois tipos de votantes: os seguros, andavam livremente pelas ruas, e os dos "viveiros" — imóveis onde se prendiam os votantes incertos, enchendo-os de carne e cachaça até a votação. Havia o "viveiro" dos liberais, localizado num armazém na rua do "porto de baixo", e o "viveiro" dos conservadores numa vivenda, no "porto de cima", de um rico proprietário que reside sempre na sua fazenda.

No dia das eleições, a cidade corria para o largo da Matriz, pois era na igreja, o "tablado" da teatralização, onde ocorria a encenação das eleições. A apresentação tinha de ser pública, pois somente "uma realização pública com muita visibilidade cumpriria a importante tarefa de classificar papéis sociais" (Graham, 1997, p.151). Um destes momentos era a qualificação dos votantes pela mesa paroquial. Era uma excelente oportunidade para elaborar os detalhes da hierarquia social, pois ocorria uma verdadeira avaliação pública da posição social dos participantes, além, é claro, da platéia que ao assistir participava, reconhecendo-se o seu patrão ou patrono. Graham (1997, p.156) sustenta que a igreja era o lugar propício para realizar tal "cerimonial", pois era um espaço impregnado de autoridade, ligava a ordem social a uma ordem sagrada e a repetida execução de tal ritual "enaltecia ainda mais a santidade do teatro cívico".

Contudo, no centro da nave da igreja, onde estava posta a grande mesa da qual o presidente lia a lista de qualificação, de vez em quando levantava-se grande alarido sobre a identidade de algum votante. Este era um dos momentos de conflito em todo processo eleitoral. "Era essa a mesma pessoa cujo nome constava da lista?" (Graham, 1997, p.153). Chegava-se ao auge da excitação, na qual a "máscara da deferência" desaparecia. O narrador de *O Coronel Sangrado* nos apresenta uma bela "cena" desta excitação.

Quando o presidente da mesa paroquial leu o nome de Antônio Lopes, um sujeito baixo e gordo dirigiu-se para a urna com a "cédula amarela" liberal, mas foi interrompido por um membro do partido conservador, tenente

Felisberto, que lhe disse "intimativamente": "Não vota, porque não é o próprio" (CS, p.141). E, em seguida, em coro, gritou-se: "Fora o fósforo!" (CS,141; grifo no original). O dito "intruso", tentou argumentar sobre sua identidade, mas era tarde, já estava no meio de um gritaria infernal. "Vota, não vota, é fósforo, é o próprio, há de votar! Isto é uma violência! Fora a bandalheira, Conservadores de um figa! Liberais de bôrra!" (CS, p.141). Foi necessário o presidente chamar os praças para dentro do recinto. "Foi água na fervura", diz o narrador (CS, p.142), pois coronel Sangrado mandou o soldado agarrar o "teimoso da chapa amarela" para fora. Este voltou-se para o tenente Felisberto e disse: "Como não sou Antônio Lopes da Costa, como o Antônio Lopes da Costa já morreu, não pago ao Sr. tenente Felisberto os cinquenta mil réis que lhe devo" (CS, p.142). Pois não pague — responde mal humorado o tenente. Só restou aos líderes liberais falarem "em violência contra a liberdade do voto e o direito do cidadão, em lei e em constituição" (CS, p.142).

O resultado do processo eleitoral foi de encontro às pretensões do coronel Severino de Paiva. Por um ardil, de seu segundo homem na hierarquia do partido, foi traído. O capitão Antonio Batista, buscando a proteção do seu compadre, o cônego Siqueira Mendes, que neste momento era o presidente da Província, obteve o sinal verde para empreender a derrota do velho coronel, que era acusado de "deixar tudo a perder com as suas fanfarronadas" (CS, p.184). E, comenta o narrador: "*Enganar os outros* era para o compadre do cônego Siqueira a maior prova de superioridade que podia dar um homem" (CS, p.182; grifos no original), viu que era chegada a hora. Quando saiu o resultado, não perdeu tempo, escrevera ao cônego: "Chegou a hora. O homem foi derrotado completamente. Está à morte. Mande-me as *nomeações* que lhe pedi" (CS, p.185; grifo nosso). Como comentou acima Wilson Martins, o coronel é apenas substituído por homens mais novos da mesma ideologia. E a rede clientélica continua.

Referência Bibliográfica

- BALANDIER, Georges. *O Poder em Cena*. trad. Luiz T. C. de Moura. Brasília: UDUNB, 1982.
- CARVALHO, José Murilo. *Teatro das Sombras: A política Imperial*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. trad. Celina Brandt. Rio de Janeiro : EDUFRJ, 1997.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, Enxada e Voto*. 5a. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.
- MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo : Cultrix/EDUSP, 1978, v.4.
- PEREIRA, Lúcia M. Inglês de Sousa versus Luiz Dolzani. In: ——— *Escritos de Maturidade*. Rio de Janeiro : Graphia, 1994
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*. As tiranias da intimidade. trad. Lygia A. Watanabe. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SOUSA, H. M. Inglês de. *O Coronel Sangrado*. Belém: EDUFPA, 1968.
- THOMPSON, E. P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Trad. Eva Rodríguez. 3 ed. Barcelona : Editorial Crítica, 1989.